

COORDENADORES

JOÃO JANQUIÊ BEZERRA DINIZ

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (1991), Mestre em Gestão pela UFPE, Especialista em direito do Trabalho e em Gestão de IES, Atualmente é professor UNINASSAU e analista judicial - oficial de justiça avaliador - TRT 6 REGIÃO. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho.

MARCELO RIBEIRO

Advogado, Especialista em Processo Civil; Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia; Mestre e Doutorando em Direito Público pela UNESA/RJ. Bolsista PROSUP/CAPES. Professor de Processo Civil em diversos cursos de pós-graduação. Membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Autor de obras jurídicas.

Constituição, Processo e Cidadania

Autores

Berith José C.L. Marques Santana
Carlos Henrique Bezerra Leite
Carina Barbosa Gouvêa
Everaldo Gaspar Lopes de Andrade
Gilmar Ferreira Mendes
Ingo Wolfgang Sarlet
João Janquiê Bezerra Diniz
Lenio Luiz Streck
Marcelo Ribeiro
Nilton Cesar Flores
Pedro Durão
Ricardo Aronne
Vanice Regina Lírio do Valle

**GOMES & OLIVEIRA EDITORA
BRASILIA-DF
2014**

Copyright © 2013 by Gomes & Oliveira Editora Ltda.

Produção Editorial Criativa Gráfica e Editora

A GOMES & OLIVEIRA EDITORA
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à GOMES & OLIVEIRA EDITORA

Ribeiro, Marcelo e Diniz, João Janquiê B. (Coordenadores)

Constituição, Processo e Cidadania –

Brasília: Gomes & Oliveira Editora. 2015

1. Constituição
2. Processo Civil
3. Direito do Trabalho
4. Direitos Humanos
5. Filosofia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
A CONSTRUÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS COMO ELEMENTO FUNDADOR DE UM NOVO ESTADO DEMOCRÁTICO NO BRASIL	15
• <i>Berith José C.L. Marques Santana / Nilton Cesar Flores</i>	
(I) Introdução	15
(II) Regras e Princípios	16
(III) Sociedade Industrial e Sociedade de Consumo	20
(IV) A Identidade do Povo Brasileiro	27
(V) Conclusão	30
Referências Bibliográficas	33
ADAUCTO LUCIO CARDOSO E O PROCESSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	35
• <i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Discricionariiedade do Procurador-Geral da República: questão controversa	39
2. Evolução histórica da matéria.	43
3. Considerações finais	50
A HERMÊUTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DO DIREITO DO TRABALHO	53
• <i>Everaldo Gaspar Lopes de Andrade</i>	
1. A Hermenêutica ou Métodos de Interpretativos. As Correntes Tradicionais e os Limites do Tema.	53
2. O Senso Comum Teórico dos Juristas e a Semiologia do Poder em Luis Alberto Warat.	57
3. A Hermenêutica Jurídica e(m) Crise. A Hermenêutica da Construção do Direito em Lenio Streck.	58
4. Outras Variáveis Contemporâneas da Hermenêutica.	62
5. A Obsolescência Hermenêutica na Doutrina Trabalhista Clássica.	63

6. Para uma Hermenêutica Estruturante	65
no Direito do Trabalho.	65
7. Referências.	72

CONVÊNIOS DO TERCEIRO SETOR: FUNCIONALIDADE E CHAMAMENTO PÚBLICO DA LEI 13.019/14

• *Pedro Durão*

1. Portfólio inicial	78
1.2 Convênios de cooperação	83
2 Enfoque normativo atual	89
2.1 Na Constituição Federal	89
2.2 Regime JURÍDICO da matéria	94
2.2.1 Decretos Federais	96
2.2.2 Portarias e Instruções Federais	99
3. Funcionalidade convenial	101
3.1 Papel das consultorias e procuradorias da pública administração	104
3.2 Atos de constituição e representação dos partícipes	106
3.3 Finalidade institucional pública e privada	112
3.4 Objeto da cooperação administrativa	114
3.5 Plano de trabalho	115
3.6 Cláusulas indispensáveis	117
3.6.1 Identificação do objeto	117
3.6.2 Metas a serem atingidas	118
3.6.3 Plano de aplicação dos recursos	119
3.6.4 Contrapartida	119
3.6.5 Cronograma de desembolso	122
3.6.6 Vigência	123
3.6.7 Compromisso dos partícipes	126
4. Condições peculiares do chamamento público	128
5. Aporte conclusivo	131
Referências	133

NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

• *Ingo Wolfgang Sarlet*

1. Considerações preliminares	141
-------------------------------------	-----

2 O problema do conteúdo em dignidade dos direitos fundamentais	146
3. A abertura constitucional do catálogo de direitos fundamentais e o papel da dignidade da pessoa humana	159
4. Considerações finais	171

DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE CULTURAL: CORTE CONSTITUCIONAL COLOMBIANA UMA LIÇÃO ATRAVÉS DO CAMINHO DA EQUIDADE E DA DEMOCRACIA	173
---	------------

• *Carina B. Gouvêa*

I. Direitos humanos: o ápice para a preservação e reconhecimento da humanidade e da identificação cultural	174
II. A equidade como imperativa a concretização dos direitos humanos fundamentais	184
III. Pensando na tradição intercultural e aprendizagem recíproca	189
IV. Breve visão do constitucionalismo como fundamento para a concretização dos direitos fundamentais	191
V. Corte constitucional colombiana e a proteção da identidade cultural: uma aprendizagem que inspira	194
VI. Conclusão	201
Referências	203

EM DEFESA DOS PRINCÍPIOS: SISTEMA JURÍDICO, DIREITO PRIVADO E EXISTENTIALISMO.	207
<i>Ricardo Aronne. MD, PhD</i>	

1. Perplexidade como Aporese	207
2. A “Repersonalização” como Ponto de Partida.	209
3. A Constitucionalização do Direito Civil.	211
4. Sistema e Intersubjetividade.	220
5. Volta ao Princípio.	226
6. Os Limites estão nos Princípios.	234
7. Ao Princípio como fim.	241

A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA NA CONCEPÇÃO DA PROVA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO 245

• *Marcelo Ribeiro*

1. Noções preliminares sobre a concepção da verdade: 246
3. A influência do pensamento científico-liberal. 250
4. Prova e consenso: a influência da matriz habermasiana. 253
5. Um conceito de prova. 257
6. A influência da filosofia na concepção da prova: conclusão. 259
- Referências: 263

MERCANTILIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O POTENCIAL REGRESSIVO DAS DECISÕES JUDICIAIS 265

• *Vanice Regina Lirio do Valle*

1. Introdução: 265
 - Os questionamentos que a maturidade constitucional propõe no campo da efetividade de direitos socioeconômicos 265
2. Hipercomplexidade fática e jurídica vis a vis a tendência à simplificação no exercício da jurisdição 269
 - 2.1. Hipercomplexidade como atributo das relações sociais no Estado pós-moderno 269
 - 2.2. O desafio da oferta da resposta jurisdicional: a simplificação como alternativa 273
3. Jurisdição como mecanismo institucional em princípio vocacionado a promover a efetividade progressiva dos direitos fundamentais 277
 - 3.1. Efetividade da Carta de 1988 e procedência do pedido em demanda de direitos sociais: desconstruindo uma associação equívoca 277
 - 3.2. Efetividade da Carta de 1988 e as Distintas Percepções Individuais do Conteúdo do Direito Assegurado 280
4. Potencial regressivo das decisões judiciais no campo dos direitos socioeconômicos 283
 - 4.1. Retrocesso pelo arrefecimento do debate público 284
 - 4.2. Retrocesso pela desconsideração da horizontalidade dos direitos fundamentais 286

4.3 Retrocesso pela reprodução de estereótipos culturais em relação aos litigantes	287
5. Mercantilização de direitos sociais e secundarização de sua máxima efetividade	289
5.1 Delimitando o que se está a denominar “mercantilização” de direitos socioeconômicos	290
5.2 Potencial regressivo da mercantilização de direitos socioeconômicos	292
5.3 Prevenindo o potencial regressivo: duas propostas	296
6. À Guisa de Conclusão	299
Referências bibliográficas	301

O ACESSO COLETIVO À JUSTIÇA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

• Carlos Henrique Bezerra Leite

1. O acesso à justiça no estado liberal	308
2. O acesso à justiça no estado social	309
3. A crise do estado social	311
4. O acesso à justiça no estado democrático de direito	313
5. Por uma nova ideologia do acesso à justiça	317
Conclusão	320
Referências	321

O CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO COMO CONTRAPONTO AO NEOCONSTITUCIONALISMO

• Lenio Luiz Streck

1. Pontos necessários para explicar “o que é isto – o novo constitucionalismo” e buscar respostas à pergunta: “é possível continuar com essa nomenclatura ‘neoconstitucionalismo’?”	323
2. De como a raiz do problema está na confusão acerca do conceito de “pós-positivismo”. 327	
3. Alguns elementos caracterizadores do fenômeno. 331	
4. O problema da “ponderação” e o ovo da serpente do ativismo-decisionismo: à guisa de considerações finais. 334	

5. O Constitucionalismo Contemporâneo contra o neoconstitucionalismo.	340
Referências.	341

CORRELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A TEORIA DA JUSTIÇA: A RECONFIGURAÇÃO TEÓRICO-DOG MÁTICA DO DIREITO DO TRABALHO.....	345
--	------------

• *Marcelo Ribeiro / João Janquiê Bezerra Diniz*

Introdução	346
A conceição dos direitos humanos e a teoria da justiça equitativa	347
2. A expressão individual dos direitos humanos e a concepção do estado absolutista	352
3. Do estado absolutista ao estado liberal	358
4. As razões do iluminismo. Do liberalismo clássico ao neoiluminismo. A busca para reconfiguração dos direitos humanos.....	361
5. O direito do trabalho na categoria de direitos humanos fundamentais.....	367
5.1 A desconstrução do mundo do trabalho e a perda de referência do trabalho subordinado e de tempo indeterminado como objeto do direito do trabalho.	367
5.2 A teoria juslaboralista crítica. A nova pauta hermenêutica e os novos fundamentos teórico-filosóficos propostos para redefinir o direito do trabalho.	369
Conclusão.....	373
Referências.....	375